



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA

Capítulo III Do Orçamento Fiscal

Artigo 10 - O orçamento fiscal abrangerá os poderes Executivo e Legislativo.

Artigo 11- As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, e as disposições emitidas no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 38 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 60% da Receita Corrente Líquida Municipal.

Artigo 12º - Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os projetos e atividades constantes na referida proposta.

Artigo 13 - O município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

Artigo 14 - A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 15 de agosto, compor-se-á de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de lei Orçamentária;
- III. Tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios

Artigo 15 - Integração a lei orçamentária anual

- I. Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo
- II. Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- III. Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;
- IV. Quadro das dotações por cargos do governo e da administração.

Artigo 16º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ribeira, 12 de maio de 2000.

Antonio Benedito Ito Dias Batista Santos Lisboa
Prefeito Municipal